

#1

ENTENDENDO LEAF E ART TREES
O que é REDD+ Jurisdiccional?

Foto: Rodrigo Durán Bahamón



O que é REDD+ Jurisdicional?

Principais características

O **REDD+** é a sigla para **R**edução das **E**missões de **D**esmatamento e **D**egradação florestal. O (+) da sigla é para reconhecer outros esforços para manter a floresta, como a gestão sustentável da floresta, a conservação e o aumento dos estoques de carbono florestal.

REDD+

Redução
Emissões
Desmatamento
Degradação
+ outros esforços



+ Gestão Sustentável da Floresta
+ Conservação
+ Estoque de Carbono

O que são projetos de REDD+?

Projetos de REDD+, de acordo com o conceito adotado pela Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), se referem a um mecanismo que permite que países em desenvolvimento sejam recompensados financeiramente por suas conquistas em evitar as emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e à degradação florestal.

Os projetos estabelecem acordos financeiros entre quem impede o desmatamento ou conserva a floresta (por exemplo, proprietários de terras, comunidades extrativistas, comunidades indígenas) e uma organização que compra créditos de carbono. Existem vários protocolos e passos a serem seguidos para que esses créditos sejam certificados.

Eles incluem métodos de contabilidade de estoque, de vazamentos, de permanência, de salvaguardas socioambientais, de monitoramento, entre outros.

Projetos de REDD+ geralmente são executados em uma área determinada e as atividades são feitas somente onde o projeto é desenvolvido, como propriedades privadas, parques, territórios indígenas ou outras unidades de terra. Esses projetos geralmente são financiados por entidades do setor privado que buscam compensações no mercado voluntário de carbono.

O que é REDD+ Jurisdicional?

O REDD+ jurisdicional é o REDD+ aplicado a uma jurisdição. No âmbito dos mercados de carbono, a jurisdição é a base territorial sobre a qual se estabelecem as metas de redução do desmatamento e os projetos de carbono. Nesta base territorial, um governo tem poder ou competência para estabelecer projetos de carbono. As jurisdições são regularmente consideradas em nível nacional (país) ou subnacional. As jurisdições têm nomes diferentes dependendo do país, por exemplo, em alguns países são chamados de departamentos, em outros são chamados de estados, há alguns que os chamam de províncias.

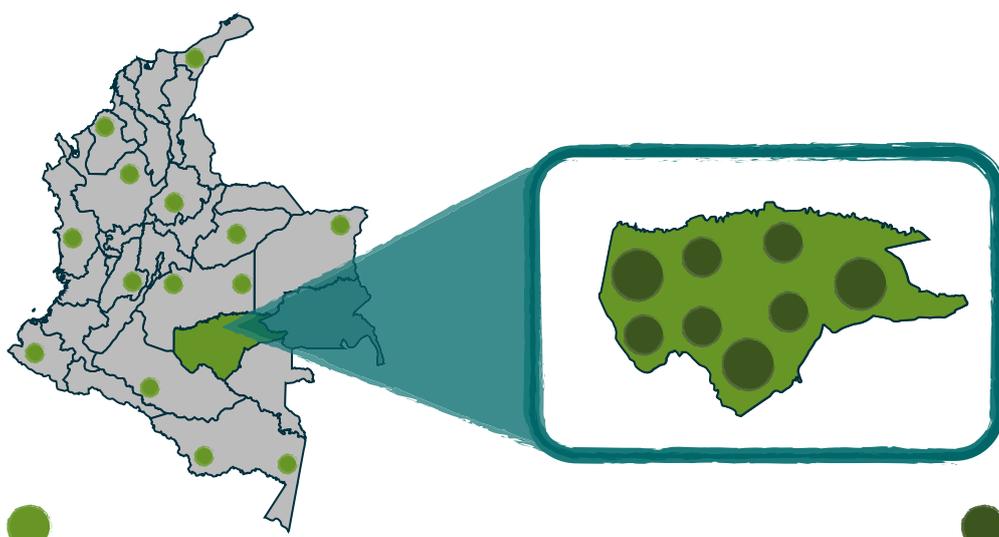
Essas jurisdições têm um governo, geralmente autônomo e com administração própria. Explicaremos mais adiante que alguns países que administram a abordagem nacional consideram o país inteiro como jurisdição, como Costa Rica e Equador.

Até agora, o REDD+ jurisdicional foi financiado por meio de contratos de “pagamento baseado em resultados” onde o pagamento

da jurisdição está ligado a reduções de emissões medidas em relação a uma linha de base de toda a jurisdição. A avaliação da redução é feita em comparação com a quantidade de carbono que foi emitida na jurisdição antes do projeto REDD+.

Esses governos podem então usar fundos de REDD+ para manter áreas protegidas, regular a extração de madeira e melhorar o manejo florestal ou evitar que a floresta seja desmatada para dar espaço à agricultura.

Alguns financiadores de REDD+ esperam que o dinheiro do REDD+ seja distribuído por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais, ou seja, que se dê dinheiro para proprietários de terras que prometem não derrubar áreas florestais, ou pagam agricultores para plantar árvores em vez de plantações, ou recompensam comunidades que desistem de cortar madeira, abrir pasto para animais, ou praticando agricultura itinerante em áreas específicas.



Projetos de **REDD** Individuais

Projetos REDD que fazem parte de um **Programa Jurisdicional de REDD+**



Foto: Diego Pérez

Vantagens

Em teoria, um programa REDD+ com abordagem jurisdicional é considerado melhor que projetos individuais porque:

▶▶ Pode melhorar os meios de subsistência em grande escala, reduzindo significativamente o desmatamento a longo prazo.

▶▶ Facilita incentivos nacionais e internacionais, como a criação de políticas públicas e o acesso ao financiamento privado.

▶▶ Pode criar uma plataforma de diálogo e parcerias permanentes com comunidades indígenas e tradicionais.

▶▶ Envolve vários atores que fazem uso da terra e incentiva a gestão sustentável do território.

▶▶ Fornece estrutura para reunir atividades dos setores público e privado em uma abordagem abrangente para o desenvolvimento sustentável.

▶▶ O governo gestor do programa jurisdicional estaria mais próximo dos agricultores e comunidades que administram a terra.

▶▶ Projetos em uma jurisdição cobrem uma área maior e evitam que o desmatamento migre para outras áreas florestais (vazamento).

▶▶ Impedem que mais de um projeto de REDD+ venda um crédito de carbono pela redução do desmatamento ocorrido na mesma área florestal. No jargão técnico, dizemos que a abordagem jurisdicional evita a dupla contagem de reduções de emissões por projetos individuais.

▶▶ A abordagem jurisdicional reduz o risco de não permanência dos créditos emitidos por cada projeto. Todos os créditos de carbono comercializados/negociados devem garantir a permanência do carbono na área florestal, ou seja, que a floresta seja preservada no futuro. Assim, dizemos que em todo projeto existe o risco de que o carbono não permaneça armazenado, chamado risco de não permanência. Os projetos então colocam uma reserva de carbono que é mantida (ou não vendida) para esses casos. Por exemplo, se um projeto constatar que a área foi queimada, o sistema jurisdicional terá uma reserva de carbono para cobrir essa perda.



Foto: Diego Pérez

Desvantagens

As desvantagens da abordagem jurisdicional são:

◀◀ Há capacidade limitada do setor público jurisdicional ou dos governos locais para gerenciar projetos que buscam evitar o desmatamento.

◀◀ As principais ameaças de desmatamento ocorrem nos setores de recursos não renováveis, como petróleo e mineração, que são administrados em geral (dependendo do país), pelo Estado Central, que mais cedo ou mais tarde será uma pedra no sapato para a jurisdição e seus objetivos de conter o desmatamento. Já existem casos de territórios com cobertura florestal concedidos a mineradoras, garimpos ilegais e poços de petróleo em florestas de alta biodiversidade. Seria necessário um rigoroso ordenamento territorial com o compromisso dos ministérios setoriais e empresas privadas para não intervir nesses territórios.

◀◀ Existem problemas de coordenação entre diferentes setores, com interesses que podem divergir dos objetivos de REDD+. Existe o risco de que, devido à falta de coordenação, os Povos Indígenas sejam omitidos de participar dos processos de consulta.

◀◀ Há problemas de mudanças de governo a cada certo tempo, 2 anos ou 4 anos, que podem trazer o risco de reversão das políticas florestais, bem como o andamento do projeto REDD+.

◀◀ Arranjos jurisdicionais demoram bastante tempo para serem desenvolvidos, porque precisam de forte compromisso do governo e processos robustos de várias partes interessadas.

◀◀ As competências de gestão de serviços ambientais são geralmente dadas no estado central (depende do país). Na maioria dos países, o governo jurisdicional deve ter a aprovação do governo central, o que não é tão fácil de conseguir. Parece que nos países onde existem federações houve um progresso maior e eles conseguiram desenvolver normas ou arranjos institucionais que capacitam as jurisdições para desenvolver projetos de REDD+; é o caso do Brasil e do México.

Para outros países em que não há total autonomia dos estados, províncias ou departamentos, ainda é difícil negociar e executar projetos diretamente como jurisdições, e nestes casos a jurisdição passou a ser considerada como o país inteiro,



Foto: Diego Pérez

como Costa Rica e Equador propuseram nos últimos projetos aprovados pelo LEAF. Nesses casos, o governo central tem um papel preponderante, senão exclusivo.

◀◀ Mesmo onde os usuários da terra não são despejados, eles podem enfrentar acesso reduzido a locais de significado cultural, paisagens e fontes de alimentos, medicamentos e materiais de abrigo.

◀◀ Comunidades tradicionais e povos indígenas não podem submeter propostas de projetos de REDD+ Jurisdicionais porque não são reconhecidos como jurisdição.

◀◀ Para os povos indígenas, a articulação com os governos locais é desafiadora, pois geralmente há conflitos de longa data entre esses governos e os territórios indígenas, devido à corrupção existente, falta de prestação de serviços básicos, entrega de concessões dentro dos territórios indígenas, ausência de legalização de terras, entre outros problemas que fazem com que governos locais e territórios indígenas não sejam os melhores colaboradores.

◀◀ Os proponentes de projetos de REDD+ buscam manter controle sobre os territórios onde o projeto é realizado, de maneira que possam garantir, para aqueles que estão pagando pelo projeto, que o desmatamento não aconteceu. Isso pode

retirar das comunidades o poder de decisão sobre a gestão de seu próprio território e implica uma violação direta do direito à autodeterminação.

◀◀ Projetos de REDD+ nem sempre oferecem emprego e benefícios para toda a comunidade, podendo estimular a competição, divisão e conflitos nas comunidades.

◀◀ Não está claro se as jurisdições irão transferir recursos de forma justa e equitativa para os territórios indígenas. Permanecem muitas dúvidas de que, após o recebimento do financiamento, os recursos sejam repassados de forma justa e equitativa.



Foto: Rodrigo Durán Bahamón

Alguns desafios das primeiras propostas da América Latina recebidas pelo LEAF

Na América Latina, o LEAF aprovou propostas no Brasil, Costa Rica, Equador e México. No caso do Brasil as jurisdições são Estados e no caso do México são os estados de Quintana Roo e Jalisco.

No Brasil, as propostas aprovadas pertencem a oito dos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Cada estado propôs uma jurisdição. Alguns desses estados, como Acre e Mato Grosso, já possuem uma série de resoluções e instrumentos legais desenvolvidos para a implementação de projetos de REDD+, como o sistema de distribuição de benefícios e salvaguardas, o que auxilia na implementação adequada e ágil.

No caso da Costa Rica e do Equador, a jurisdição foi definida como todo o país. Os dois países começaram a se preparar para desenvolver projetos de REDD e REDD+ há mais de uma década e atualmente contam com uma estrutura institucional sólida que lhes permite ter projetos de carbono, além de um sistema de monitoramento e reporte, todos com foco nacional.

É claro que os Povos Indígenas terão que enfrentar múltiplos desafios em países onde não há arranjos institucionais que definam como funciona um projeto de REDD+ jurisdiccional, não há regras claras de participação e nenhuma distribuição justa e equitativa de benefícios.



Referências

- <https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.593/>
- <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17583004.2021.1926331>
- <https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-015-9295-4>

Foto: Rodrigo Durán Bahamón



Autores

Pablo Pacheco

Consultor florestal e de REDD+

Carla Cárdenas

Diretora de Projetos da Iniciativa de Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends

Revisão

Sergio Guzmán,

Gerente de Projetos REDD+ GUATECARBON

Associação de Comunidades Florestais de Petén, Guatemala

Aliança Mesoamericana de Florestas, AMPB

Publicado por

Iniciativa de Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends, ICGT-FT.

Diretor de ICGT-FT: Beto Borges

bborges@forest-trends.org

Projeto

Indigenous and Local Community Engagement with Jurisdictional REDD+ Finance

Citação Recomendada

PACHECO, P., & CÁRDENAS, C. (2022). O que é REDD+ Jurisdicional?. Forest Trends. Washington DC.

Design e diagramação

Gabriela Arnal

Tradução

Kaline Rossi e Bruna Veríssimo

Esta publicação foi possível graças ao financiamento da Climate and Land Use Alliance. As opiniões expressadas neste documento são as dos autores e não refletem necessariamente as opiniões da Climate and Land Use Alliance.

Foto: Rodrigo Durán Bahamón

Sobre a série de cartilhas “Entendendo LEAF e ART TREES”

O Programa LEAF (Reduzindo emissões por meio da aceleração do financiamento florestal) quer se tornar um dos principais mecanismos financeiros para conter o desmatamento de nossas florestas tropicais. Nesta série de sete cartilhas, concebidos para organizações indígenas e comunidades locais, fornecemos informações simples para entender como o LEAF pode afetá-los, positiva ou negativamente. As cartilhas foram produzidos pela Forest Trends, Iniciativa de Governança Territorial e Comunidades, apoiado pelo CLUA e pode ser baixado gratuitamente no seguinte site:

<https://www.forest-trends.org/publications/entendiendo-leaf-y-art-trees>

